



Por Inês Amado

Congresso

Contabilidade pode alavancar boas práticas para maior eficiência e sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade vai ser o tema central no Congresso dos Contabilistas Certificados, refletindo a crescente importância deste domínio no sector. Profissionais e especialistas da área da Contabilidade analisam a abordagem sustentável no sector e os passos dados para a implementação das iniciativas ESG.

A implementação dos critérios ESG (Environmental, Social and Governance) na contabilidade vai estar em discussão no Congresso dos Contabilistas Certificados agendado para setembro, cujo tema central é a Sustentabilidade, o que reflete a crescente importância deste domínio no sector.

O relatório 'Portugal: Desafios para 2022' da PWC refere que os temas ESG "integrarão definitivamente o core da estratégia, cultura e propósito das empresas que pretendam liderar os seus sectores de atividade".

E os números demonstram esse mesmo alinhamento crescente de empresas e consumidores com os princípios de ESG. O Future Consumer Index da EY para Portugal de 2020 revela que 65% dos consumidores priorizará o meio ambiente e as mudanças climáticas na maneira como vive e na escolha dos produtos que compra e 50% estará mais propensa a comprar marcas que revelam o impacto que os produtos têm sobre si e sobre o planeta.

Quanto à responsabilização das empresas no cumprimento das metas, 68% dos consumidores globais esperam que as empresas tenham um papel central na resolução dos problemas de sustentabilidade.

O EY CEO Outlook Survey de 2022 revela que 82% dos CEOs identificaram fatores ESG como importantes ou extremamente importantes aquando da tomada de decisão, não obstante alguma resistência a esta mudança de foco, com 21% dos CEOs a darem conta de que os investidores não parecem dar o apoio necessário aos investimentos no longo prazo e que ainda se fixam nos resultados trimestrais.

Em Portugal, esta tendência "ainda é muito residual" e apenas "ao nível das grandes empresas a implementação de práticas contabilísticas que mensurem a implementação das iniciativas ESG", considera Paulo Narciso, Business Unit Managing Partner da Moneris, em entrevista ao Jornal Económico.

"Só muito recentemente é que as várias entidades que definem os normativos in-

ternacionais aplicáveis à área da contabilidade (IFRS, por exemplo) têm publicado alguns documentos apontando os traços gerais para a divulgação da informação financeira relacionada com esta temática", explica o mesmo responsável do grupo nacional de contabilidade, admitindo que, "no futuro, esta mensuração do impacto a longo prazo da implementação e o seu efeito nas contas das organizações estará cada vez mais em cima da mesa e será valorizada pelos diferentes "stakeholders" com que as empresas tem de interagir permanentemente".

Teresa Eugénio, investigadora na área da contabilidade para a sustentabilidade do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), aponta o papel desempenhado pela Or-





dem dos Contabilistas Certificados (OCC) na passagem da mensagem da importância da sustentabilidade empresarial para o desempenho da profissão, em particular do relato da informação não financeira de carácter ambiental e social.

A professora e investigadora do Centro de Investigação Aplicada e Gestão e Economia (CARME) do IPL recorda que a OCC tem vindo a realizar “palestras, seminários e congressos promovidos ou apoiados pela OCC sobre o tema da sustentabilidade”.

“Exemplo disso é o próximo Congresso dos Contabilistas Certificados, em setembro, cujo tema central é a Sustentabilidade, com vários painéis que tocam assuntos diversos como: o pacto ecológico europeu,

a ONU e o ambiente, o modelo social europeu, a responsabilidade social das empresas, o mercado verde, os investimentos sustentáveis, a sustentabilidade e o relato não financeiro, entre outros”, sublinhou, recordando que “a Comissão Europeia, o IASB, e outras organizações internacionais apresentaram recentemente várias propostas de reflexão sobre o papel do contabilista no relato da sustentabilidade, e orientações concretas de como esse relato deve acontecer, quer de âmbito quer de conteúdo”.

Teresa Eugénio salienta que os “contabilistas certificados estão a ter acesso a mais formação e informação para estarem preparados para responder aos desafios que as empresas suas clientes ou suas en-

tidades patronais enfrentam no âmbito da concretização de um desenvolvimento sustentável”.

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, considera que “o contabilista enquanto agente do interesse público será sempre um ator relevante na divulgação ou certificação de práticas sustentáveis, dada a relevância que a sua função legal pressupõe” e que a “credibilidade dos contabilistas na sociedade tem feito com que cada vez mais agentes económicos os convoquem para a disseminação de programas de sustentabilidade junto dos empresários”.

“A sustentabilidade não é um tema estranho aos contabilistas, que estão a par da urgência e necessidade económica e



social do assunto. Hoje, o assunto já se debate nas escolas, no contexto laboral e na sociedade em geral, pelo que os contabilistas não podem alhear-se de conhecer o tema e dar o seu contributo. Contudo, o contabilista não atua numa posição de liderança de projetos de sustentabilidade para os seus clientes, pois a sua intervenção está, na maior parte dos casos, limitada ao apoio dado a outros consultores ou aos próprios empresários. Dependendo do alcance da intervenção que lhe é pedida, o contabilista poderá contribuir para uma melhor elucidação das causas e efeitos das práticas de sustentabilidade dos seus clientes. No seu negócio, ele próprio pode – e deve – ser também um dinamizador de práticas sustentáveis”, analisou.

Filipa Xavier de Basto, Founder & Partner Grupo Your e CEO Your Finance, não tem dúvidas de que a ESG é o tema que marca a atualidade empresarial.

“O desenvolvimento sustentável e os critérios ESG são conceitos essenciais para o sucesso e sobrevivência das pequenas, médias e grandes empresas e são, cada vez mais, uma componente inevitável no contexto ambiental”, explica.

A responsabilidade social e ambiental reaparece como um critério fundamental para os investidores que, “optam por investir os seus recursos financeiros em empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis, porque consideram estas empresas mais aptas a lidar com a incerteza do futuro, no que respeita aos riscos sociais, ambientais ou económicos”, indica Filipa Xavier de Basto.

Quanto à aplicação dos ESG na contabilidade, a presidente executiva da Your Finance entende que “as questões sobre os padrões globais de contabilidade para práticas ESG tem igualmente avançado de forma significativa”.

“As empresas serão cada vez mais pressionadas a adotar, medir e posteriormente divulgar as suas estratégias e o impacto socio ambiental da sua ação”, sublinhou.

As instituições bancárias vão passar a considerar o risco ambiental das empresas

aquando da avaliação de pedidos de empréstimos, passando a desempenhar um papel mais robusto na agenda ambiental global que visa adotar medidas válidas para a redução da emissão de gases com efeito estufa.

“No caso da Banca, esta vai desempenhar um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis por parte das empresas, inclusive na área da economia circular, uma vez que a promoção de uma economia circular visa uma mudança de paradigma económico. E o papel dos bancos vai ser o de financiar as empresas para reconfigurarem os seus modelos de negócio e de produção”, explicou, aludindo à Linha Descarbonização e Economia Circular de alguns bancos que visa facilitar o acesso ao financiamento bancário em condições mais favoráveis para as empresas que apostam no desenvolvimento de projetos sustentáveis.

Assim, “as empresas cujo risco ambiental, social ou até de governance sejam avaliados de forma negativa podem ver limitadas as suas possibilidades de acesso ao crédito ou de acesso ao capital”, sublinhou, acrescentando que “o sistema financeiro vai acabar por ser um acelerador da transição para empresas mais sustentáveis”.

Segundo José Carlos Silva, contabilista certificado, “os bancos, vivendo com o objetivo único de vender o seu dinheiro, incentivando aplicações que lhes possam trazer menos problemas, vão selecionando os seus clientes, satisfazendo os melhores, com as melhores aplicações”.

De acordo com a bastonária da OCC, “as práticas anti-sustentáveis não podem ser evitadas pelo contabilista se este não tiver um papel ativo na certificação ou validação. Quanto maior for o papel ativo que a sociedade e o sistema legal lhe atribuírem, maior será a credibilidade do relato sustentável. Por isso, a OCC tem defendido e promovido a integração do contabilista nestas temáticas. Se viermos a evoluir para um modelo de auditoria de sustentabilidade, os contabilistas são dos que têm maiores aptidões para responder a



Em Portugal, esta tendência “ainda é muito residual” e apenas “ao nível das grandes empresas a implementação de práticas contabilísticas que mensurem a implementação das iniciativas ESG”



Congresso



esse novo desafio profissional. Sendo certo que o contabilista nunca poderá substituir reguladores e outros agentes responsáveis pela monitorização e fiscalização das práticas de sustentabilidade”.

Segundo José Carlos Silva, contabilista certificado, os profissionais do sector “serão sempre uma peça chave cada vez maior nas empresas, mas principalmente nas mais sustentáveis”.

Questionado sobre que papel podem desempenhar os contabilistas certificados no apoio às empresas de forma a que estas sejam mais sustentáveis, Paulo Narciso destacou que os profissionais “podem contribuir para uma continuada melhoria de boas práticas na procura de uma maior eficiência e sustentabilidade ambiental, por exemplo no apoio à implementação de processos de digitalização nas organizações”.

Teresa Eugénio considera que os contabilistas assumem um papel de grande

importância “na condução rumo à sustentabilidade”.

“A sua função vai desde a ajuda na construção do conteúdo sobre os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, passando pela produção de métricas e indicadores de informação social, ambiental e governance, e numa fase posterior na interpretação dessa informação. O contabilista pode socorrer-se de orientações já publicadas em documentos diversos como as normas da GRI (Global Reporting Initiative), a Diretiva da Comissão Europeia sobre o relato da informação não financeira, a proposta da CMVM para uma demonstração de informação não financeira, o decreto-Lei 89/2017, entre muitos outros documentos.

Sobre a prática do greenwashing de que várias empresas são acusadas, a investigadora entende que os profissionais da contabilidade podem ajudar a evitar esse fenómeno seguindo as orientações

dos documentos acima listados.

“Aplicados com rigor e transparência podem ajudar a evitar o greenwashing pelas empresas menos éticas. Afinal este é também um processo de reflexão interno e externo que afeta toda a empresa e pode ser uma excelente oportunidade de repensar processos produtivos, estrutura, negócios, produtos, etc”, explicou.

Teresa Eugénio defende que a investigação na área da Contabilidade para a sustentabilidade ou contabilidade social e ambiental, que têm “dado passos de gigante nas últimas décadas”, tem possibilitado a redação de “bons estudos que podem servir de apoio aos contabilistas na condução das suas funções”.

Por sua vez, a bastonária da OCC explica que “as práticas anti-sustentáveis não podem ser evitadas pelo contabilista se este não tiver um papel ativo na certificação ou validação”.

“Quanto maior for o papel ativo que a sociedade e o sistema legal lhe atribuírem, maior será a credibilidade do relato sustentável. Por isso, a OCC tem defendido e promovido a integração do contabilista nestas temáticas. Se viermos a evoluir para um modelo de auditoria de sustentabilidade, os contabilistas são dos que têm maiores aptidões para responder a esse novo desafio profissional. Sendo certo que o contabilista nunca poderá substituir reguladores e outros agentes responsáveis pela monitorização e fiscalização das práticas de sustentabilidade”, explicou.

“A contabilidade, enquanto alinhada com as inovações tecnológicas do mercado é hoje, mais do que nunca, um mecanismo de gestão estratégica e isso significa também ser um braço para demonstrações contábeis essenciais para a reestruturação de normas sustentáveis para as empresas”, continuou Paula Franco.

Esta semana, a União Europeia (UE) chegou a um acordo que permitirá que os cidadãos europeus estejam mais bem informados sobre o impacto de determinada empresa no ambiente e também nos direitos humanos.